

MESTRADO
CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS
EMPRESARIAIS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

**DETERMINANTES DO ASSURANCE DA INFORMAÇÃO NÃO
FINANCEIRA – O CASO DAS EMPRESAS DO CDP**

TIAGO AQUILES LOPES RODRIGUES

OUTUBRO 2021

MESTRADO EM
CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS
EMPRESARIAIS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

**DETERMINANTES DO ASSURANCE DA INFORMAÇÃO NÃO
FINANCEIRA – O CASO DAS EMPRESAS DO CDP**

TIAGO AQUILES LOPES RODRIGUES

ORIENTAÇÃO:

**PROF.^a DOUTORA ANA ISABEL ABRANCHES PEREIRA DE CARVALHO
MORAIS**

OUTUBRO 2021

Resumo

A par da informação financeira, a informação não financeira (relatórios de sustentabilidade ou relatórios integrados) tem vindo a ganhar cada vez mais relevância nos relatos elaborados pelas empresas. A diversidade e a complexidade da informação fornecida por uma empresa ao exterior têm ganho uma ponderação acrescida na perceção do valor gerado pela empresa.

Neste contexto, a dissertação tem como objetivo identificar os fatores que determinam a decisão de uma empresa obter, ou não, uma opinião, por parte de auditores, sobre a informação não financeira apresentada no relatório anual, no relatório integrado ou em relatórios de sustentabilidade. Para o presente estudo, recorreu-se à lista de 105 entidades presentes no CDP Water A-List, reconhecidas internacionalmente por evidenciarem as melhores práticas e divulgações sobre a água, onde foi verificada a presença ou ausência de um relatório de *assurance* e estudado o comportamento das variáveis escolhidas.

Contrariamente ao que se esperava, verificou-se uma associação negativa entre a dimensão e a rentabilidade com a presença do *assurance*. As hipóteses que envolvem as variáveis de *corporate governance* foram todas satisfeitas, estando em conformidade com a literatura e reforçando a relevância desta temática na hora de escolher ter a presença do *assurance* na informação não financeira.

Palavras-chave: *Assurance*, Informação não financeira, Relatórios de sustentabilidade, Relatórios Integrado

Abstract

In addition to financial information, non-financial information (sustainability reports or integrated reports) has gained increasing relevance in the reports prepared by companies. The diversity and complexity of information provided by a company abroad has gained increasing weight in the perception of the value generated by the company.

In this context, the dissertation aims to identify the factors that determine the decision of a company to obtain, or not, an opinion, by auditors, on the non-financial information presented in the annual report, in the integrated report or in sustainability reports. For this study, it was used a list of 105 entities present in the CDP Water A-List, internationally recognized for showing the best practices and disclosures about water, where the presence or absence of an assurance report was verified, and it was studied the behavior of the chosen variables.

Contrary to expectations, there was a negative association between size and profitability with the presence of assurance. The hypotheses involving the corporate governance variables were all satisfied, being in accordance with the literature and reinforcing the relevance of this theme when choosing to have the presence of assurance in non-financial information.

Keywords: *Assurance, Non-financial information; CSR Report; Integrated Report*

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus, pelo dom da vida e por iluminar todos os meus passos na vida.

Em segundo lugar, quero agradecer à minha orientadora, Professora Doutora Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais, pelo seu tempo disponibilizado, bem como pela sua visão crítica e partilha de conhecimento e ideias. A sua disponibilidade e prontidão na resposta das minhas questões foi crucial para o desenvolvimento da dissertação.

Por último, mas muito importante, gostaria de agradecer aos meus pais, por todo o apoio e por me terem dado a maior riqueza que se pode dar aos filhos: a Educação. Ao meu irmão, por ser um companheiro presente e a toda a minha família, amigos, colegas e professores que, de uma forma ou de outra, tiveram um papel muito importante neste capítulo da minha vida.

*“Eu confio em Ti, porque o Senhor
é o meu pastor e Nada me faltará”*

Índice

Resumo.....	i
Abstract	ii
Agradecimentos	iii
Índice.....	iv
Índice de tabelas	v
Índice de figuras	vi
Lista de abreviaturas	vii
1 Introdução.....	1
2 Enquadramento teórico	4
3 Revisão da Literatura	8
4 Amostra e Metodologia.....	17
4.1 Descrição da amostra.....	17
4.2 Metodologia	19
5 Resultados Empíricos.....	21
5.1 Estatística Descritiva	21
5.2 Matriz de correlação de Pearson e Spearman.....	23
5.3 Análise dos resultados	27
5.4 Análises adicionais e de Robustez.....	30
6 Conclusão	34
Referências bibliográficas	37
Anexos.....	41

Índice de tabelas

Tabela I - Distribuição da amostra por país	18
Tabela II – Distribuição da amostra por tipo de relatório	19
Tabela III – Estatística Descritiva.....	22
Tabela IV – Variance Inflation Factor (VIF)	24
Tabela V – Matriz de correlação de Pearson e Spearman.....	25
Tabela VI – Resultados do modelo.....	27
Tabela VII – Resultados do Modelo, com LN_VENDAS	31
Tabela VIII – Resultados do Modelo, com ROA	32
Tabela IX – Resultados do Modelo, com LN_VENDAS e ROA	33

Índice de figuras

Figura 1 - Formas de divulgação da informação não financeira	6
--	---

Lista de abreviaturas

CD – *Consultation Draft*

CDP – *Carbon Disclosure Project*

CDSB - *Climate Disclosure Standards Board*

CSR – *Corporate Social Responsibility*

EER – *Extended External Reporting*

EIP – Entidade de interesse público

ESG – *Environmental, Social and Governance*

EU – *European Union*

GRI – *Global Reporting Initiative*

IAASB - *International Auditing and Assurance Standards Board*

IESBA - *International Ethics Standards Board for Accountants*

IFAC – *International Federation of Accountants*

IIRC – *International Integrated Reporting Council*

ISAE 3000 - *International Standard on Assurance Engagements*

ROA – *Return on Assets*

ROE – *Return on Equity*

SASB - *Sustainability Accounting Standards Board*

VIF - *Variance Inflation Factor*

1 Introdução

As informações não financeiras relacionadas com a sustentabilidade são cada vez mais consideradas como informações de valor relevante. Neste contexto, duas tendências recentes no Relatórios não financeiros são frequentemente discutidas: Relatórios integrados e o *Assurance* nas informações de sustentabilidade (Reimsbach, Hahn and Gürtürk, 2018).

A partir de 2010, o *International Integrated Reporting Council* (IIRC) propôs que a solução para o problema das empresas na questão do relato seria que estas teriam de criar uma “ligação” entre a informação financeira e a informação não financeira, de forma a garantir uma correta avaliação do desempenho futuro contínuo da entidade. O mecanismo proposto foi a preparação de um relatório separado (por ex. Relatório integrado), que integrasse a informação financeira e não financeira da empresa, onde o valor criado pela empresa durante um dado período de tempo seria relatado num relatório conciso, comunicando a estratégia, o *governance*, *performance* e perspectivas da empresa (IIRC, 2013b). Em 2011, o IIRC lançou um “*Discussion Paper*”, com o objetivo de receber algum *feedback* do conceito de Relato Integrado implementado e, em 2013, é lançado o “*Consultation Draft*”¹ do framework internacional dos Relatórios integrados (IIRC, 2013b).

Numa perspetiva internacional, a África do Sul foi o primeiro país a exigir as empresas listadas a produzir um relatório integrado, sendo que em março de 2010, as empresas listadas no Johannesburg Stock Exchange foram obrigadas (mesmo que, numa base mais explicativa) a emitir um Relatório Integrado (Cheng *et al.*, 2014). Posteriormente, outras empresas e países vieram a adotar a prática da divulgação de um relatório que tivesse presente a posição e a *performance* não financeira durante um dado período, geralmente um ano.

¹ O CD é um documento baseado em princípios contendo os três principais requisitos para a preparação de um Relato integrado: 1) *Fundamental Concepts*, conhecido como os Conceitos Fundamentais; 2) *Guiding Principles* (onde englobámos o foco estratégico, a conectividade da informação, a materialidade e concisão, o Completeness, a Confiabilidade, entre muitos outros); e 3) os *Content Elements*, que são os Elementos do conteúdo, como por exemplo o Modelo de negócio, Overview da organização e ambiente externo, Governance, Oportunidades e riscos, Estratégia e alocação de recursos, Performance, entre outros (IIRC, 2013b); 3

O termo *Extended External Reporting* (EER), desenvolvido pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB), refere a diversas formas de relato, envolvendo, mas não limitando apenas os relatórios integrados, relatórios de sustentabilidade ou outro tipo de relatos acerca de assuntos ambientais, sociais e de governance. Podem ser exigidos por lei ou aplicados de forma voluntária, dependendo do tipo da empresa em questão (IIRC, 2013b) e, geralmente são menos estruturados, quando comparados com os relatos financeiros, mas são mais diversificados. Uma entidade que emita a sua informação em EER, deve seguir a ISAE 3000 (*International Standard on Assurance Engagements*) e estar em concordância com o código do IESBA (*International Ethics Standard Board of Accountants*).

Simnett et al. (2009) mostram que as empresas que procuram aumentar a credibilidade dos seus relatórios e construir a sua reputação corporativa têm a maior probabilidade de ter os seus relatórios de sustentabilidade com a presença do *assurance*, ou seja de uma opinião de um órgão externo e independente acerca da veracidade da informação não financeira, embora não haja muita relevância se o emitente da opinião provém da profissão de auditoria. A presença do *assurance* nos relatórios não financeiros é visto como uma forma de criação de valor por parte das empresas aos seus *stakeholders*, pelo que este é um motivo muito importante pelo qual muitas empresas acabam por adotar a presença de um relatório de *assurance*.

O objetivo do presente trabalho é a identificação de determinantes que influenciam a decisão de uma empresa obter, ou não, um *assurance* à informação não financeira presente nos seus relatórios. Foram desenvolvidas hipóteses, que irão permitir efetivar o comportamento de cada um dos determinantes escolhidos através da literatura analisada com a existência do *assurance*.

Para este efeito, utilizou-se uma amostra de 105 empresas, de 23 países, inseridas no índice CDP *Water A – List*, que evidenciam e destacam as empresas com as melhores práticas sobre a água. O horizonte temporal escolhido foi entre 2019 e 2020, pelo facto do objetivo ser analisar o último relatório divulgado pelas empresas e se este incluía, ou não, a presença de um relatório de *assurance*.

Após a recolha e tratamento dos dados, foi estimado o modelo econométrico que serviu de base para as análises posteriores. Com base nos artigos da Revisão da Literatura foram seleccionadas as vertentes da dimensão, rentabilidade, nível de endividamento, tipo de opinião presente no relatório e três variáveis de *corporate governance* (a dimensão do Conselho de Administração, o número de reuniões realizadas pelo Conselho de Administração e o nível de *expertise* da Comissão de Auditoria). Conclui-se que as variáveis estatisticamente significativas para a presença do *assurance* são a dimensão, o nível de endividamento, a dimensão do Conselho de Administração e a experiência da Comissão de Auditoria. Verificou-se uma associação negativa entre a dimensão, o nível de endividamento e a dimensão do Conselho de Administração, respetivamente, com a presença do *assurance* nos relatórios não financeiros. Verificou-se, ainda, uma associação positiva entre a experiência da Comissão de Auditoria e a existência de *assurance*.

Este estudo contribui para o debate sobre o assurance da informação não financeira a ser desenvolvido pelo IFAC – *International Federation of Accountants*, proporcionado evidências sobre como o *assurance* está a ser feito na prática. Por outro lado, contribui para a identificação de fatores que levam a que as empresas tenham um parecer sobre a informação não financeira. Ao estudar empresas que têm boas práticas na área da água, isso irá permitir identificar porque é que algumas empresas optam por ter a tal opinião independente sobre a sua informação não financeira.

O trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma: no capítulo que se segue é feito um enquadramento teórico sobre as temáticas a abordar. A secção a seguir faz uma revisão da literatura existente sobre o tema, formalizando as hipóteses que serão frutos de análise nos capítulos a seguir. O capítulo 4 descreve a amostra e a metodologia utilizada e, no capítulo 5 são apresentados os resultados empíricos obtidos. Por fim, no último capítulo, são apresentadas as principais conclusões, limitações e sugestões de pesquisa futuras.

2 Enquadramento teórico

A informação não financeira, conhecida por estar descrita maioritariamente, mas não só, nos Relatórios de Sustentabilidade², descreve a performance da empresa no que diz respeito a questões sociais, ambientais, de corporate governance, de gestão dos recursos humanos, entre outros. É uma temática emergente e que tem ganho cada vez maior relevância na perceção dos stakeholders em relação à informação divulgada pela entidade durante o seu ano fiscal (Krasodomska, Simnett and Street, 2021).

O Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho, transpôs para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2014/95/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera a Diretiva n.º 2013/34/EU, no que diz respeito à divulgação da informação não financeira por parte de certas grandes empresas e grupos, como também os de interesse público.

A demonstração da responsabilidade social das entidades, através da divulgação de informações não financeiras relativas às áreas ESG (*Environmental, Social and Governance*) das mesmas contribui de forma decisiva para a análise do desempenho das empresas e do seu impacto na sociedade, para a identificação dos riscos de sustentabilidade das mesmas e para o reforço da confiança dos investidores e dos consumidores. Segundo o Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho, também contribui para um nível suficiente de comparabilidade com todos os Estados-Membros da União Europeia, reforçando a transparência e a coerência da informação não financeira divulgada.

De acordo como Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho, as grandes empresas e as empresas-mãe de um grande grupo, que são consideradas legalmente como entidades de interesse público (EIP)³ e que tenham, em média, mais de 500 trabalhadores, devem apresentar anualmente uma demonstração não financeira, incluída no Relatório de Gestão ou

² Os Relatórios de sustentabilidade também podem ter a designação de Relatórios ESG, Corporate Social Responsibility (CSR), sendo que ambos têm o mesmo objetivo, ser ferramenta vital para as organizações conseguirem ter uma comunicação mais transparente com os seus stakeholders, principalmente acerca da sua performance social e ambiental (Junior, Best and Cotter, 2014).

³ A definição de EIP foi introduzida pela *Statutory Audit Directive* em 2006 e atualizada em 2014 pela Diretiva 2014/56/EU. Entidades de Interesse Público definem-se por serem empresas com valores mobiliários listados em mercados regulamentados da União Europeia e regidos pela Lei de um Estado-membro da mesma, instituições de crédito autorizadas pelas autoridades dos Estados-membros da União Europeia, empresas de seguros autorizadas pelas autoridades dos Estados-membros da União Europeia, e outras entidades que os Estados-membros possam caracterizar com sendo de interesse público (Deloitte, 2015).

apresentada num relatório separado (Relatório de sustentabilidade), elaborada pelos órgãos de administração, contendo informações não financeiras necessárias para uma compreensão da evolução, da posição, do desempenho e do impacto das suas atividades, referentes às questões ESG e de respeito aos direitos humanos, à diversidade, à igualdade de género, combate à corrupção, entre outros. De reforçar que, segundo o Decreto-Lei, as empresas numa primeira fase, podem apresentar um nível limitado de *assurance*, mas posteriormente (em anos futuros), terá que apresentar um nível razoável, com mais procedimentos substantivos.

Segundo o *Global Reporting Initiative* (GRI), os Relatórios de Sustentabilidade são práticas de mensuração, divulgação e de ser o responsável perante stakeholders internos e externos pela performance organizacional em direção ao objetivo de desenvolvimento sustentável. Devem fornecer uma representação equilibrada e razoável acerca da performance sustentável da entidade, incluindo tanto as contribuições positivas, como as negativas. Têm sido uma grande ferramenta de comunicação entre as organizações e os seus stakeholders acerca da performance ambiental, social e de governance das mesmas (Junior, Best and Cotter, 2014).

O termo “*Extended External Reporting*” (EER) também tem ganho cada vez mais relevância e um maior foco por parte dos utentes da informação, sendo que permite ter uma maior visão da empresa no que diz respeito a questões relacionadas com o seu desenvolvimento sustentável e estratégias futuras de criação de valor para os seus stakeholders, principalmente aos seus acionistas. As informações presentes podem ser menos estruturadas, em relação aos reportes presentes nas demonstrações financeiras, mas são mais diversificadas, tanto em formato como nas matérias a serem abordadas.

Os Relatórios Integrados combinam a divulgação financeira e a não financeira da performance de uma entidade num único relatório (Caglio, Melloni and Perego, 2020), contribuindo para uma comunicação concisa sobre como as estratégias, governance, performance levam à criação de valor no curto, médio e longo-prazo (Akisik and Gal, 2020). Facultam uma visão mais holística do negócio, quando comparado com as Demonstrações

financeiras, fazendo uma interconexão entre as dimensões financeiras, sociais e ambientais da performance da empresa (IIRC, 2013b).

Foi criado pelo *International Integrated Reporting Council* (IIRC), uma aliança internacional de empresas, reguladores, investidores, profissionais de contabilidade, ONG's, entre outros, com o objetivo de melhorar a qualidade da informação disponível; promover uma abordagem mais coesa e eficiente do relato corporativo, de forma a comunicar de forma completa todos os fatores que afetam a criação de valor durante um período de tempo; apoiar a integração do pensamento, da tomada de decisão e das ações que focam na criação de valor no curto, médio e longo prazo.

Um ponto de diferenciação das demonstrações financeiras tradicionais é que o Relatório Integrado não reflete apenas as transações e os eventos passados, mas também responde à “procura de uma informação mais prospetiva” (Holder-Webb *et al.*, 2011a, 2011b), considerando o curto, médio e longo prazo.



Figura 1 - Formas de divulgação da informação não financeira

De forma a garantir uma maior credibilidade da informação apresentada e uma maior confiança da mesma por parte dos stakeholders, é necessário a presença de um *assurance*, ou seja, de uma opinião facultada por um órgão externo e independente acerca da veracidade da informação apresentada. Sendo a informação não financeira de carácter maioritariamente

qualitativo, esta pode estar mais sujeita a um maior enviesamento por parte da Gestão, logo é necessário garantir que esta informação está livre de erros e omissões materiais. Existem dois níveis de *assurance* geralmente utilizados na análise da informação: o *Assurance Limitado*, onde o revisor recorre principalmente a procedimentos analíticos, de investigação e inquéritos para chegar a uma conclusão e o *Assurance Razoável*, sendo este baseado numa recolha mais profunda de evidências corroborativas e amostragem suficiente nos níveis mais inferiores da organização (Maroun, 2019).

O Decreto-Lei nº89/2017 de 28 de julho também faz referência que o revisor oficial de contas da empresa deve atestar se o Relatório de Gestão anual inclui a informação não financeira ou se a mesma foi apresentada num relatório separado, bem como a política de diversidade aplicada da empresa.

O *Consultation Paper* do IAASB de fevereiro de 2019, tem como objetivo a elaboração de um *Draft Guidance* para a capacitação de uma aplicação mais apropriada e consistente do ISAE 3000 (*International Standard on Assurance Engagements*), que é o normativo criado pelo IFAC para o *assurance* da informação não financeira.

O *Draft Guidance* foi elaborado com o foco na avaliação dos critérios de sustentabilidade de forma mais consistente, construção de asserções para a questão da informação integrada, abordagem da materialidade da informação integrada e ainda numa possível falta de maturidade no governance e controlo interno em processos de EER.

De reforçar que o conceito de “Materialidade” é usado pela ISAE 3000 no contexto de potencial identificação de erros e/ou omissões. Sendo assim, o revisor pode sempre ter a necessidade de rever a adequabilidade dos julgamentos feitos, de forma a averiguar se os critérios são os mais apropriados (IAASB, 2019).

Uma entidade que emita a sua informação em formato EER deve seguir as diretrizes do ISAE 3000 e estar em concordância com o *International Ethics Standard Board of Accountants* (IESBA), de forma a garantir que cumpre com os requerimentos éticos necessários (IAASB, 2019)

O assurance feito à informação não financeira difere do assurance da informação financeira em diversos pontos, desde o âmbito da materialidade, até às metodologias e procedimentos para emissão da opinião, pois quando se audita a informação financeira, já se tem uma base mais sólida e procedimentos bem definidos. Os *frameworks* de um EER geralmente são menos prescritivos quando comparados com as estruturas de Relatórios financeiros, sendo, portanto menos precisos sobre a determinação das matérias relevantes, pois no reporte financeiro, o critério é suportado pelas políticas contabilísticas da empresa.

No que diz respeito à entidade que vai fazer o *assurance* da informação, é importante assegurar que estão cumpridos todos os procedimentos para a aceitação de um novo projeto ou para a continuidade de um projeto já existente, garantindo sempre que as pré-condições e o princípio da Independência estejam satisfeitos. As pré-condições podem depender do sistema de controlo interno (SCI) da empresa auditada, sendo que a ISAE 3000 faz referência de que, em certos casos, um processo formal com um sistema extenso e complexo de controlo interno pode proporcionar uma maior base ao revisor de que a informação está livre de distorções materiais.

O *Consultation Paper* do IAASB de fevereiro de 2019 faz referência a 5 características necessária para que um critério de uma informação em EER seja adequado: Relevância, Completeness, Confiabilidade, Neutralidade e Compreensibilidade.

3 Revisão da Literatura

Num mundo corporativo cada vez mais dominado pelo capitalismo financeiro, onde muitas empresas recorrem a capitais e financiamentos externos (principalmente por parte de investidores e instituições financeiras) para financiar as suas atividades, é natural que estes esperam que a informação presente envolva o maior número de tópicos possíveis, que não sejam apenas os indicadores financeiros. Com isto, a informação não financeira tem ganho cada vez maior peso nos relatos emitidos pelas entidades. Os Relatórios integrados têm surgido como uma nova tendência entre os relatos emitidos pelas empresas, sendo uma forma de sumarizar toda a informação, tanto financeira, como não financeira num único relatório.

Procura equilibrar entre os fatores financeiros, o impacto social e ambiental e manter uma conversação mais atualizada (Rivera-Arrubla, Zorio-Grima and García-Benau, 2017), estando numa fase crítica do seu desenvolvimento (Cheng *et al.*, 2014).

A informação não financeira pode ser apresentada por meio de uma variedade de formas, como por exemplo, num único Relatório de sustentabilidade, Relatórios de *Corporate Social Responsibility* (CSR), dentro do Relatório anual da gestão (Simnett, Vanstraelen and Chua, 2009; Cheng *et al.*, 2014) ou ainda, conjugado com a informação financeira, nos Relatórios Integrados.

O *framework* de relato mais usado atualmente é o promulgado pelo *Global Reporting Initiative* (GRI). Embora a missão do GRI não especifica a obrigatoriedade de uma examinação (*assurance* independente) dos relatórios de CSR, este encoraja a adoção e o desenvolvimento de princípios para um *assurance*, podendo ser facultado sobre o relato como um todo ou em alguma matéria/área específica. Ao contrário dos auditores das demonstrações financeiras, a profissão contabilística não representa um monopólio nos serviços de *assurance* relacionados com o CSR, logo as empresas de auditoria podem competir com outras organizações prestadores deste tipo de serviço (Cohen and Simnett, 2015).

O IAASB define um *engagement* de *assurance* como “um *engagement* no qual o profissional visa obter evidências apropriadas e suficientes, com o objetivo de emitir uma conclusão para aumentar os níveis de confiança dos utentes da informação, que não seja a parte responsável pelo *outcome*, acerca da mensuração e avaliação de um assunto subjacente em relação ao critério estabelecido.

O IAASB e a *AccountAbility* são dois dos organismos mais predominantes no que diz respeito a questões do *assurance* dos diferentes relatos não financeiros, sendo que ambos têm como objetivo garantir uma maior clareza no propósito de um *engagement* de *assurance* e das responsabilidades do preparador e do revisor da informação. O principal normativo de *assurance* para estes relatórios é o ISAE 3000, emitido pelo IAASB/IFAC. Outro normativo bastante usado é o AA1000AS, um normativo de *assurance* lançado em 2003 pela

AccountAbility, uma organização mundial de prestação de serviços de responsabilidade corporativa e desenvolvimento sustentável, sendo este mais direcionado para as empresas não contabilísticas (Junior, Best and Cotter, 2014; Cohen and Simnett, 2015; IAASB, 2019; Krasodomska, Simnett and Street, 2021).

Maroun (2017), após entrevistas com 20 especialistas de auditoria e 20 preparadores da informação, sugeriu três possíveis métodos e estratégias de *assurance* para abordar as questões presentes nos relatórios integrados: 1) *Restricted Assurance*, onde os encarregues do *governance* serão responsáveis pela preparação dos relatórios integrados e a respetiva explicação aos utentes de como garantem que o relato fornece uma perspetiva confiável de como a entidade gerou valor, sendo o auditor apenas responsável por expressar uma opinião acerca das demonstrações financeiras; 2) *Integrated Assurance*, que reconhece o papel de uma fonte já mais formal do *assurance*, de forma a testar a informação factual, sendo necessário o desenvolvimento de procedimentos, processos e métodos para garantir que a informação é válida e confiável. Os responsáveis pelo *governance* são obrigados a explicar de que forma confiam em “diferentes formas” de *assurance* para concluir de que o relatório integrado é confiável e completo; 3) *Delphi-inspired Assurance*, sendo que este último sugere que o auditor deve contar com um painel de especialistas independentes para examinar e concluir acerca do método desenvolvido na preparação do relato integrado, considerando também diferentes formas de *assurance*. Neste caso, também é recomendado de que os normalizadores devem concentrar em desenvolver um *framework*, de forma a dar orientações na definição do painel. Este estudo foi conduzido na África do Sul, sendo este um dos países líderes em questões de relato integrado. Ainda, na África do Sul, os relatórios integrados são de carácter obrigatório para todas empresas listadas, desde 2010 (Caglio, Melloni and Perego, 2020).

Rivera-Arrubla et al., (2017), ao elaborarem um estudo com base em 91 organizações presentes no projeto-piloto⁴ do IIRC em 2011, concluíram que as vertentes região e indústria onde as empresas operam têm uma forte relação com o nível de divulgação dos relatos

⁴ O projeto-piloto consistiu em mais de 100 organizações que fizeram parte deste “*business network*” para desenvolver e partilhar as melhores práticas na elaboração de Relatos integrados, de acordo com o *framework*/estrutura do IIRC. Este projeto começou em 2011 e teve o seu final em 2014 (IIRC, 2013a; Rivera-Arrubla, Zorio-Grima and García-Benau, 2017)

integrados, com as empresas da África do Sul, Brasil e Holanda a serem classificadas como uma das melhores, no contexto da apresentação da informação integrada. Tiveram como foco principal os princípios da conectividade da informação⁵ (International Integrated Reporting Council, 2013) e da materialidade e, também em dois elementos de conteúdo (modelo de negócio⁶ e *governance*). Segundo o IIRC (IIRC, 2013b), o modelo de negócios da entidade é o veículo pelo qual a empresa cria valor, tanto no curto, médio ou longo-prazo. Embora muitos dos elementos do modelo de negócios estejam descritos nos relatórios públicos, é a conectividade desses elementos que é enfatizada num relatórios integrado, como por exemplo, de que forma os riscos e oportunidades estão relacionados com as estratégias, com o sistemas de *governance* e remuneração e como isto impacta os diferentes tipos de capitais no curto, médio e longo-prazo (Simnett and Huggins, 2015).

Num estudo realizado mais tarde, também na África do Sul, Maroun (2019) concluiu que um aumento no número de divulgações ESG externamente verificadas é positivamente associado com uma maior qualidade do relato, especialmente quando os serviços são assegurados por uma das *Big4*⁷. Neste caso, quando o *assurance* é avaliado sem fazer qualquer distinção do tipo. Ainda, uma maior qualidade do relato está também associada com o *assurance* das divulgações ESG que seguem as recomendações do GRI e que estão em concordância com os princípios de materialidade, inclusão e capacidade de resposta da *AccountAbility*.

Em junho de 2020, a *United Nations Conference on Trade and Development – International Standards on Accounting and Reporting* (UNCTAD ISAR) e o *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD) co-patrocinaram o *ASSURANCE ON SUSTAINABILITY REPORTS: CURRENT PRACTICES AND CHALLENGES*. Os oradores enfatizaram que, no ambiente atual, os diversos grupos de *stakeholders* estão exigindo uma

⁵ O **princípio da Conectividade** implica a capacidade da organização em manter uma visão ampla, conectar os horizontes de tempo e desenvolver uma estratégia de mensagens consistentes aos utentes, promovendo uma mentalidade mais conectada e informada acerca do conteúdo (International Integrated Reporting Council, 2013)

⁶ O IIRC (IIRC, 2013b) define o **Modelo de Negócios** como sendo o sistema escolhido pela entidade de *inputs*, atividades do negócio, *outputs* e *outcomes* (resultados) que visa criar valor a curto, médio e longo prazo

⁷ As empresas auditoras denominadas de “*Big 4*” ou “*Big Four Auditing firms*” englobam: *Deloitte*, *PricewaterhouseCoopers* (PwC), *KPMG* e *Ernst and Young* (EY). São as quatro das maiores empresas mundiais no que diz respeito à prestação de serviços de Auditoria, Consultoria, Gestão Fiscal, Fiscalidade, Gestão de Risco, *Transaction Advisory*, Atuariado, entre outros. (<https://corporatefinanceinstitute.com>)

gama maior de *accounting* e que os EER podem desempenhar um papel importante na reconstrução da confiança por parte dos *stakeholders*, mas para reconstituir a confiança dos mesmos, estas têm de ser credíveis. Hales, Presidente do *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB) referiu a importância do *assurance* na perspetiva de uma organização que segue os normativos de relatos ESG, reforçando a necessidade de uma informação de alta qualidade. Grabowski, antigo membro do IAASB, endereçou o “*Consultation Draft Guidance*” emitido pelo IAASB em março de 2020 para auxiliar os emitentes do *assurance* na aplicação do ISAE 3000 nos EER, o que inclui também os Relatórios de sustentabilidade. Eric Dugelay, Partner da *Deloitte* e membro do *Sustainable Finance Group Accountancy Europe* concordou com a afirmação de Skobarev, *Partner e Head of Corporate Governance and Sustainability FBK Grant*, de que a Auditoria Interna pode ser benéfica, pois se o processo de gestão, controlo interno e auditoria funcionarem bem, a probabilidade de um *assurance* mais claro é maior (Krasodomska, Simnett and Street, 2021).

O estudo feito por Junior et al. (2014), cuja base eram as empresas do G500⁸, mostra que mesmo que o nível, o formato, a qualidade e a integridade da informação apresentada pelas organizações poderia divergir significativamente no mundo inteiro, os relatórios de sustentabilidade têm sido usados como uma ferramenta muito importante de comunicação entre as organizações e os seus *stakeholders*. Ainda concluíram que, na altura, o número de organizações presentes nas listas da *Fortune Global* que emitem relatórios de sustentabilidade sofreu um aumento constante durante a última década, mas que a proporção de relatórios de sustentabilidade com a presença de *assurance* não aumentou significativamente.

Hoang & Phang (2020) avaliaram o efeito do “*Combined Assurance*”⁹ em restaurar a vontade dos investidores em investir quando existem e concluíram que este (*Combined Assurance*) não adiciona valor, quando não existem riscos significativos mas que pode ser

⁸ O *Fortune Global 500* (G500) é um ranking das top 500 maiores empresas do mundo, organizadas pelo lucro e publicadas pela revista *Fortune*. (<https://fortune.com/global500/>)

⁹ *Combined assurance* é uma modalidade de *assurance* no qual o comité de Auditoria coordena os papéis do *assurance* da gestão, auditoria interna e os fornecedores do *assurance* externo e conclui acerca da eficácia da gestão de risco, do controlo interno e da qualidade do relato (Hoang and Phang, 2020). Não há um modelo ótimo de *Combined assurance*. Na África do Sul, por exemplo, grande parte das maiores empresas optam por um processo de auditoria mais integrado, recorrendo ao modelo do *Combined Assurance* para envolver o negócio como um todo no processo de exame à informação apresentada (Rivera-Arrubla, Zorio-Grima and García-Benau, 2017).

considerado para restabelecer a confiança e a favorabilidade dos julgamentos dos investidores em tempos de preocupações significativas de confiança na informação apresentada, sendo que, quando comparado com o *assurance* tradicional, a comunicação do “*Combined Assurance*” pode aumentar a vontade do investidor em investir, mesmo quando existam elevados riscos de confiabilidade no relato apresentado. Maroun & Prinsloo (2020), ao realizarem um estudo, cujo objetivo era analisar os determinantes do *Combined Assurance* no contexto do relato sustentável, concluíram que o *Combined Assurance* é mais do que a aquisição de serviços de *assurance* a um conjunto de profissionais especializados para examinar relatórios integrados ou de sustentabilidade, mas sim lida com diferentes tipos de sistemas, processos, controlos e serviços profissionais, no qual o órgão de gestão depende para cumprir as suas obrigações fiduciárias ou legais.

Os Relatórios Integrados afetam positivamente a avaliação da *performance* sustentável da empresa por parte dos investidores profissionais, resultando numa maior ponderação desse tipo de informação e a um maior julgamento relacionado a investimentos. Isto pode também estar relacionado ao “*efeito halo*”¹⁰ vindo do *assurance* obrigatório da Informação financeira presente nos Relatórios Integrados (Reimsbach, Hahn and Gürtürk, 2018). Numa outra ótica de investidores, os resultados do estudo de Cheng et al. (2014), cujo foco era verificar o impacto dos indicadores de sustentabilidade e o *assurance* dos mesmos nas decisões dos investidores não profissionais, mostram que os investidores entendem os indicadores ESG como sendo importantes e estão mais dispostos a investir na empresa, se estes tiverem uma elevada relevância estratégica, mostrando ainda evidências de que o *assurance* aumenta ainda mais a vontade dos investidores em investir, aumentando também a perceção da importância dos indicadores ESG presentes nos relatórios não financeiros e reforçam que estes devem ser públicos.

Kiliç, Uyar & Kuzey (2020) defendem que as empresas tendem a examinar os seus Relatos Integrados em ambientes de negócios caracterizados por terem comportamentos pouco éticos, menos órgãos sociais efetivos (pois não transmite uma ideia de credibilidade

¹⁰ O “*efeito halo*” refere-se à tendência de permitir que uma característica específica ou nossa impressão geral de uma pessoa, empresa ou produto influencie positivamente nosso julgamento de outras características relacionadas (<https://www.simplypsychology.org/halo-effect.html#definition>)

para os *stakeholders*), fracos normativos de relato e auditoria e/ou ainda por terem insuficiência de mecanismos de proteção dos *stakeholders* minoritários pelo sistema legal.

Estudos anteriores evidenciam que existem algumas características das empresas e da envolvente que determinam a existência ou não do *assurance* nos seus relatórios.

Em relação à dimensão, estudos anteriores evidenciam que empresas de maior dimensão têm maior propensão para terem a sua informação não financeira com *assurance* (Junior, Best and Cotter, 2014; Maroun and Prinsloo, 2020). É também observado que as empresas de maior dimensão e multinacionais têm maior propensão para procurar o *assurance* externo, isto porque permite melhorar a credibilidade e a visibilidade perante os investidores (Simnett, Vanstraelen and Chua, 2009; Cheng *et al.*, 2014; Reimsbach, Hahn and Gürtürk, 2018). Adquirir serviços de *assurance* de forma voluntária é dispendioso, logo os gestores e membros de comitês de auditoria queriam saber sob que condições é mais provável que a sua empresa vá gerar valor com a presença deste serviço (Coram, Monroe and Woodliff, 2009; Landau *et al.*, 2020). Adicionalmente, as empresas de maior dimensão causam maior impacto, tornam-se mais visíveis e, desta forma enfrentam maior escrutínio e pressão dos *stakeholders* (Martínez-Ferrero and García-Sánchez, 2017; Maroun and Prinsloo, 2020). Assim sendo, formula-se a primeira hipótese:

H1: *Há uma associação positiva entre a dimensão da entidade e a presença de um relatório de assurance da informação não financeira;*

No que diz respeito à rentabilidade, Maroun & Prinsloo (2020) mostram que as empresas mais rentáveis estão investindo em modelos de *assurance* metodologicamente mais rigorosos e robustos, de forma a garantir a conformidade com as melhores práticas aplicáveis.

H2: *Há uma associação positiva entre a rentabilidade da entidade e a presença de um relatório de assurance da informação não financeira;*

Alguns estudos (Sierra, Zorio and García-Benau, 2013; Kılıç, Uyar and Kuzey, 2020) demonstram uma associação positiva significativa entre o *Leverage* e a adoção do *assurance*

por parte das entidades, pois pode haver uma preferência em aumentar a credibilidade dos relatórios de sustentabilidade sob uma maior pressão dos credores, de forma a garantir maior credibilidade, transparência e confiança na informação apresentada (Martínez-Ferrero and García-Sánchez, 2017), levando a uma possível ideia de que as empresas aumentam as suas divulgações voluntárias para reduzir o seu custo de capital. Por outro lado, Simnett et al. (Simnett, Vanstraelen and Chua, 2009) concluíram que o *Leverage* não tinha efeito na decisão de adoção do *assurance*. Assim sendo, temos a seguinte hipótese:

H3: *Há uma associação positiva entre o nível de endividamento (Leverage) da entidade e a presença de um relatório de assurance na informação não financeira;*

As divulgações mais legíveis e similares estão associadas com a redução das incertezas globais e comuns, sugerindo que divulgações similares, com o decorrer do tempo, reforçam a mensagem central e conduzem a melhorias no ambiente de informação que envolve os analistas, ao invés de fornecer informação redundante (Bozanic and Thevenot, 2015). Contudo, se as empresas publicarem Relatórios Integrados que são difíceis de ler, mas que têm a presença do *assurance*, isto irá compensar a influência negativa da dificuldade de leitura por parte dos utentes da informação (Caglio, Melloni and Perego, 2020), logo o *assurance* tem um impacto positivo na perceção dos utentes da informação acerca da credibilidade da performance não financeira da empresa e preencha as lacunas decorrentes da falta ou fraqueza dos mecanismos coercivos e normativos (Kılıç, Uyar and Kuzey, 2020). Tal como acontece na auditoria da informação financeira, não é possível facultar aos *stakeholders* um *assurance* absoluto sobre toda a informação (Maroun, 2019), logo, é importante estipular bem o nível de *assurance* a ser aplicado (Limitado vs Razoável) no processo de revisão da informação não financeira. Tal como referido por Maroun (2019), se o nível de *assurance* razoável é baseado numa informação mais detalhada e testes mais extensivos, este poderá ter influência na adoção do *assurance*, logo temos que:

H4: *Há uma associação positiva entre o tipo de opinião facultada e a presença de um relatório de assurance da informação não financeira;*

Alguns estudos (Maroun, 2017; Rivera-Arrubla, Zorio-Grima and García-Benau, 2017; Maroun and Prinsloo, 2020) evidenciam uma ligação entre a complexidade do sistema de *governance* de uma entidade e a necessidade da presença do *assurance* nos relatórios apresentados pelas mesmas. Logo, podemos ver a importância do *corporate governance* na regulação da forma como a empresa é administrada, o que garante uma maior tranquilidade aos *stakeholders*. O Conselho de administração (*Board of Directors*) é considerado, por muitos, como o mecanismo de *corporate governance* mais importante na salvaguarda dos interesses dos *stakeholders* (Kılıç, Uyar and Kuzey, 2020), pois tem a responsabilidade da preparação do relatório não financeiro e o *design* e operacionalização do modelo de *assurance* (Maroun and Prinsloo, 2020). Para tal, temos que:

H5: *Há uma associação negativa entre o tamanho do Conselho de administração e a presença de um relatório de assurance da informação não financeira;*

Desdobrando o *corporate governance* em diversas variantes, pode-se também levar em conta que o número de reuniões realizadas durante um ano pelos membros do Conselho de Administração de uma empresa pode também ter algum impacto na hora da escolha da presença ou não de um relatório de *assurance* sobre a informação não financeira. Logo, para testar a interação entre o número de reuniões do Conselho de Administração e a presença de um *assurance* externo sobre a informação não financeira, temos que:

H6: *Há uma associação negativa entre o número de reuniões realizadas pelo Conselho de administração e a presença de um relatório de assurance da informação não financeira;*

O *assurance* pode permitir que o Conselho de Administração tenha um papel mais ativo e os mais proativos podem querer garantir a legitimidade pragmática e procedimental, demonstrando como os *engagements* de *assurance* interno e externo bem projetados garantem a credibilidade das informações usadas para a tomada de decisões internas e reporte aos *stakeholders* (Maroun and Prinsloo, 2020). Sendo assim, o nível de expertise do Conselho de Administração pode levar a uma maior pressão por parte dos mesmo para que a informação tenha a presença do *assurance*, logo temos que:

H7: Há uma associação positiva entre o nível da Comissão de Auditoria e a presença de um relatório de assurance da informação não financeira;

4 Amostra e Metodologia

4.1 Descrição da amostra

Para o presente estudo, recorreu-se à lista de entidades presentes no CDP *Water A-List*, reconhecidas internacionalmente por evidenciarem as melhores práticas e divulgações sobre a água, enquadrando num dos objetivos considerados como relevantes pelas Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável (objetivo 6 – Água potável e saneamento). O CDP é uma organização com presença regional e parceiros locais em mais de 50 países e com empresas de mais de 90 países divulgando os seus relatórios anualmente por meio deste índice. O foco principal é ajudar as empresas e as cidades a orientar e a divulgar o seu impacto ambiental.

A amostra inicial é composta por 106 entidades, de 23 países dos principais continentes do Mundo, mas teve de ser reduzida a 105 entidades devido à impossibilidade de acesso à informação financeira disponível sobre a empresa “FIRMENICH, S.A”, uma empresa privada e com sede na Suíça, o que condicionava a aplicabilidade ao modelo econométrico. O período amostral selecionado teve por base a última versão do relatório não financeiro divulgado por cada entidade, o que levou a que houvesse algumas entidades cujos relatórios sejam referentes ao ano de 2020 e outras com relatórios do ano de 2019, pelo facto de ainda não terem disponibilizado publicamente a informação acerca da sua performance não financeira durante o ano de 2020. Grande parte das empresas cujos relatórios eram do ano de 2019 tinham sede no Japão e esta ocorrência justifica-se pelo facto dos japoneses terem um calendário fiscal distinto da maior parte dos países, logo se uma empresa optar por escolher o normativo japonês, é expectável que o seu ano fiscal e consequente entrega dos relatórios seja diferente.

Para ter uma maior noção da representatividade dos países onde as empresas da amostra têm a sua sede, foi criada a Tabela I, onde podemos ver que a maior parte das

empresas tem a sua sede no Japão, seguido dos Estados Unidos e do Reino Unido, que representam, respetivamente, cerca de 28,47%, 19,04% e 6,67% da amostra total.

Tabela I - Distribuição da amostra por país

País	Observações (nº)	Percentagem (%)
Japão	30	28,57%
EUA	20	19,04%
Reino Unido	7	6,67%
Taiwan	7	6,67%
Alemanha	5	4,76%
França	5	4,76%
Outros	31	29,52%
PESO	105	100%

Os **restantes países** (outros), com menor expressividade, englobam: África do Sul (3), Bélgica (1), Brasil (4), Chile (2), China (1), Coreia do Sul (4), Espanha (1), Finlândia (2), Hong Kong (1), Índia (2), Itália (1), Portugal (1), Singapura (2), Suécia (1), Suíça (3), Tailândia (1), Turquia (1).

Para obtenção dos dados, recorreu-se aos Relatórios de Sustentabilidade e/ou Relatórios Integrados das entidades selecionadas e verificou-se a presença ou não do *Assurance* ou de uma opinião acerca da informação não financeira presente nos mesmos Tabela II e ainda qual o tipo de opinião facultada. Também foi recorrido à base de dados *EIKON*, que teve um papel determinante na obtenção de dados quantitativos referentes à dimensão (nº de empregados), à rentabilidade (ROE), ao *Leverage* e também de *Corporate Governance* (*Board Size*, *Board Meetings* e *Expertise*). Os valores que se encontravam em moeda estrangeira foram convertidos para o *Euro*, tendo recorrido a valores cambiais do dia 12 de Agosto de 2021, presentes no site do Banco de Portugal (<https://www.bportugal.pt/conversor-moeda?from=EUR&to=USD&date=1628809200&value=20000%20>).

Tabela II – Distribuição da amostra por tipo de relatório

Tipo de Relatório	Observações (nº)	Percentagem (%)
Relatório de sustentabilidade	74	70,48%
Relatório Integrado	31	29,52%
TOTAL	105	100%

4.2 Metodologia

Com base na revisão da literatura e com o intuito de perceber melhor os determinantes que influenciam a decisão de uma entidade em obter ou não uma opinião (*Assurance*) acerca da informação não financeira apresentada, recorreu-se ao seguinte modelo econométrico:

$$(1) \text{ ASSURANCE}_i = \beta_0 + \beta_1 \text{LN_EMPREGADOS}_i + \beta_2 \text{ROE}_i + \beta_3 \text{LEVERAGE}_i + \beta_4 \text{TIPO_OPINIAO}_i + \beta_5 \text{BOARD_SIZE}_i + \beta_6 \text{BOARD_MEETINGS}_i + \beta_7 \text{EXPERTISE}_i + \varepsilon_i$$

$$(i = 1, \dots, 105)$$

A variável dependente selecionada, *ASSURANCE*, corresponde a uma variável binária que pode tomar o valor de 1, caso o seu último relatório não financeiro publicado possuir uma opinião externa e independente de garantia de fiabilidade (*Assurance*) e 0, caso contrário.

No que diz respeito às variáveis independentes, temos a variável *LN_EMPREGADOS* que representa a dimensão da entidade e foi calculada pelo logaritmo natural (Ln) do número total de empregados presentes no ano em análise. A variável *ROE*, que define-se por ser a rentabilidade dos Capitais Próprios e calcula-se através do quociente entre o Resultado Líquido e o Capital Próprio. *LEVERAGE* é a variável usada para medir o *debt over capital*

(%), medida que indica o peso do endividamento de curto e longo prazo (usado como fonte de financiamento da empresa) no total do capital, que inclui as dívidas e todo o património líquido da mesma. Para a obtenção de dados da variável *TIPO_OPINIAO*, recorreu-se às entidades que tinham a presença do *assurance* nos seus relatórios não financeiros e classificou-se em 1, para as entidades cujo revisor apresentava um nível de *assurance* limitado na análise da informação e 0 para as entidades que tinham a opinião num nível de *assurance* razoável.

Ao analisar a informação não financeira, é importante ter em mente que os assuntos relacionados com o *corporate governance* têm um peso crucial e podem ter influência na hora da escolha ou não da presença de um *assurance* externo, do tipo de auditor e do nível de auditoria aplicável (tipo de opinião) Logo foram adicionadas três variáveis de *corporate governance*, de forma a enriquecer o modelo e ter uma maior aproximação à realidade: *BOARD_SIZE*, que se traduz no tamanho do Conselho de Administração (*Board of Directors*); *BOARD_MEETINGS*, que indica o número de reuniões realizadas pelo Conselho de Administração ao longo do ano, sendo que, na impossibilidade de obtenção da informação concreta em casos pontuais, considerou-se que foi realizada 1 reunião por mês; e a variável *EXPERTISE*, que é uma variável binária e toma o valor de 1, caso a empresa possua um comité de auditoria com, pelo menos, três membros e, ao menos, um *financial expert*, nos termos da lei *Sarbanes-Oxley*¹¹ e 0, caso contrário.

Tendo em consideração que a variável dependente do modelo é uma variável binária, o modelo *logit* e o modelo *probit* podem ser utilizados como modelos principais de teste. Para esta dissertação, é usado o modelo *logit*, por ser o mais usado na literatura. Tendo em conta a natureza do modelo (*logit*), é importante referir que este possui heterocedasticidade por natureza. Assim sendo, não é necessário testar a existência da heterocedasticidade, mas é necessário eliminá-la através da estimação de variâncias robustas para o modelo em questão. Para avaliar a forma funcional do modelo em questão, procedeu-se ao teste de

¹¹ A lei de *Sarbanes-Oxley* foi uma lei que combinou os projetos de reforma contabilística do senador Paul Sarbanes (democrata) e do republicano Michael Oxley, tendo sido aprovada em 2002, no Congresso norte-americano. As duas propostas de lei, juntamente com outras propostas foram desencadeadas pelo colapso da Enron, que expôs um escândalo contabilístico e um sistema de governação corrompido (Zhang, 2007)

especificação *Reset*, sendo os resultados obtidos (valor-p=0,141), levam a concluir que o modelo se encontra bem especificado.

Para validar a utilização do referido modelo é importante testar a hipótese de existência de multicolinearidade entre as variáveis independentes, através do *Variance Inflation Factor* (VIF).

5 Resultados Empíricos

Neste capítulo são apresentados os resultados do estudo empírico. Para a realização da análise econométrica dos dados, recorreu-se aos programas *Microsoft Excel*, para organização dos dados extraídos e, posteriormente, o *software* SPSS.

5.1 Estatística Descritiva

A Tabela III mostra as estatísticas descritivas da variável dependente, como também das variáveis independentes que integram o modelo econométrico.

Através da análise da tabela, pode-se observar que 66 das 105 empresas da amostra tinha a presença do *assurance* nos seus relatórios não financeiros, o que se traduz num valor médio a rondar os 63%.

No que diz respeito às variáveis independentes, verifica-se que o número médio de empregados por empresa, em valores logaritmos, é de 10,443 (o que, em termos reais, corresponde a aproximadamente 68 888 colaboradores por entidade). Este valor é expressivo, pelo facto de encontrarmos grandes empresas multinacionais, no índice do CDP, com escritórios e representações nos principais países do mundo. Em termos da rentabilidade das entidades, caracterizada pela variável ROE, verifica-se um valor médio de 0,1039, com um mínimo de - 4,99 e um valor máximo verificado de 6,27. O nível de endividamento médio das entidades (*LEVERAGE*), que indica o peso do endividamento de curto e longo prazo no total do capital, rondava os 42,12%. A variável *TIPO_OPINIAO*, que, por ser binária, apenas tem valores de 0 (por não ter um *assurance* ou por ter um *assurance* razoável) ou 1 (por ter um *assurance* limitado). De reforçar que, a componente 0 da variável engloba, tanto o nível razoável, como também as entidades que não tinham a presença do *assurance* nos seus

relatórios não financeiros, logo, os dados englobam, sensivelmente, estes dois possíveis cenários.

Analisando as variáveis de *corporate governance*, a variável *BOARD_SIZE*, que representa o número de pessoas que compõem o Conselho de Administração, possui um valor médio de 11,55, o que indica que as entidades da amostra têm, em média, aproximadamente 12 membros representantes no Conselho de Administração. O valor mínimo verificado é de 6 membros e o valor máximo é de 21 membros nos órgãos sociais. Em relação ao número de reuniões por ano, representado pela variável *BOARD_MEETINGS*, verificamos que as entidades, em média, realizaram 11 reuniões por ano, sendo que o número máximo de reuniões que uma empresa teve foi de 35 reuniões e o mínimo foi de 4 reuniões por ano. A variável *EXPERTISE*, uma variável binária que caracteriza o nível de *expertise* dos membros do comité de auditoria, permite-nos verificar que cerca de 50,2% das entidades possuem comité de auditoria com, pelo menos, três membros e, ao menos, um *financial expert*

Tabela III – Estatística Descritiva

Variáveis	Obs.	Média	Desvio - padrão	Mínimo	Máximo
<i>ASSURANCE</i>	105	0,63	0,486	0	1
<i>LN_EMPREGADOS</i>	105	10,443	1,3964	4,5	13,4
<i>ROE</i>	105	0,1039	0,8711	-4,99	6,27
<i>LEVERAGE</i>	105	0,4212	0,2600	0,00	1,51
<i>TIPO_OPINIAO</i>	105	0,51	0,502	0	1
<i>BOARD_SIZE</i>	105	11,55	2,855	6	21
<i>BOARD_MEETINGS</i>	105	11,29	4,920	4	35
<i>EXPERTISE</i>	105	0,51	0,502	0	1

Variáveis: *ASSURANCE* = variável dependente que recebe o valor de 1, caso o relatório possui a presença do assurance na informação não financeira e 0, caso contrário; *LN_EMPREGADOS* = logaritmo natural (Ln) do número de colaboradores da entidade para o ano em análise; *ROE* = é o quociente entre o Resultado Líquido e o Capital Próprio; *LEVERAGE* = variável usada para medir o *debt over capital* (%), medida que indica o peso do endividamento de curto e longo prazo (usado como fonte de financiamento da empresa) no total do capital, que inclui as dívidas e todo o património líquido da mesma; *BOARD_SIZE* = número de órgãos que compõem o Conselho de Administração; *BOARD_MEETINGS* = número de reuniões realizadas pelo Conselho de Administração durante o ano em análise; *EXPERTISE* = toma o

valor de 1, caso a empresa possua um comitê de auditoria com, pelo menos, três membros e, ao menos, um *financial expert*, nos termos da lei Sarbanes-Oxley e 0, caso contrário.

5.2 Matriz de correlação de Pearson e Spearman

A Tabela IV mostra a matriz de correlação de *Pearson* e de *Spearman* (que é uma medida não-paramétrica), para as variáveis dependente e independentes utilizadas para testar as hipóteses anteriormente estipuladas.

Primeiramente, podemos verificar a existência de uma correlação positiva e estatisticamente significativa entre as variáveis *LEVERAGE* e *EXPERTISE* ($r_{LEVERAGE;EXPERTISE} = 0,199$ para um nível de significância de 5%), o que mostra que as entidades com tendência para um elevado grau de endividamento, têm uma maior propensão e necessidade de ter um comitê de auditoria dotado de alguma expertise, conforme verificado na descrição da variável *EXPERTISE* na secção 4.2 (Metodologia). Para um nível de significância de 1%, é possível averiguar uma correlação positiva e estatisticamente significativa entre as variáveis *ASSURANCE* e *TIPO_OPINIAO* ($r_{ASSURANCE;TIPO_OPINIAO} = 0,791$) e entre as variáveis *EXPERTISE* e *BOARD_MEETINGS* ($r_{EXPERTISE;BOARD_MEETINGS} = 0,791$).

A fraca correlação entre as variáveis independentes apresentada Tabela V aponta para inexistência de colinearidade entre as variáveis. Para tal, recorre-se à Tabela IV, que apresenta o teste do *Variance Inflation Factor* (VIF), com o intuito de detetar a presença de multicolinearidade entre as variáveis explicativas. De acordo com a tabela, conclui-se estar na inexistência de multicolinearidade, visto que todos os valores são inferiores a 10 (VIF inferior a 10), logo todas as variáveis foram incluídas na regressão.

Tabela IV – Variance Inflation Factor (VIF)

Variáveis	VIF	1/VIF
<i>LN_EMPREGADOS</i>	1,055	0,948
<i>ROE</i>	1,062	0,942
<i>LEVERAGE</i>	1,057	0,946
<i>TIPO_OPINIAO</i>	1,076	0,929
<i>BOARD_SIZE</i>	1,091	0,917
<i>BOARD_MEETINGS</i>	1,079	0,927
<i>EXPERTISE</i>	1,137	0,879

Tabela V – Matriz de correlação de Pearson e Spearman

		<i>ASSURANCE</i>	<i>LN_EMPREGADOS</i>	<i>ROE</i>	<i>LEVERAGE</i>	<i>TIPO_OPINIAO</i>	<i>BOARD_SIZE</i>	<i>BOARD_MEETINGS</i>	<i>EXPERTISE</i>
<i>ASSURANCE</i>	<i>Pearson</i>	1	- 0,061	- 0,189	- 0,085	0,791**	0,045	0,045	0,081
	<i>Spearman</i>	1	- 0,090	- 0,063	- 0,104	0,791**	- 0,007	- 0,012	0,081
<i>LN_EMPREGADOS</i>	<i>Pearson</i>	- 0,061	1	0,052	0,054	0,019	0,191	- 0,071	0,127
	<i>Spearman</i>	- 0,090	1	0,030	0,073	0,008	0,188	- 0,050	0,118
<i>ROE</i>	<i>Pearson</i>	- 0,189	0,052	1	- 0,111	- 0,177	- 0,036	- 0,077	0,82
	<i>Spearman</i>	- 0,063	0,030	1	- 0,054	- 0,057	0,050	- 0,066	0,057
<i>LEVERAGE</i>	<i>Pearson</i>	- 0,085	0,054	- 0,111	1	0,013	0,071	- 0,036	0,187
	<i>Spearman</i>	- 0,104	0,073	- 0,054	1	- 0,002	0,070	- 0,035	0,199*
<i>TIPO_OPINIAO</i>	<i>Pearson</i>	0,791**	0,019	- 0,177	0,013	1	0,175	0,111	0,009
	<i>Spearman</i>	0,791**	0,008	- 0,057	- 0,002	1	0,132	0,112	0,009
<i>BOARD_SIZE</i>	<i>Pearson</i>	0,045	0,191	- 0,036	0,071	0,175	1	- 0,013	0,149
	<i>Spearman</i>	- 0,007	0,188	0,050	0,070	0,132	1	- 0,011	0,155
<i>BOARD_MEETINGS</i>	<i>Pearson</i>	0,045	- 0,071	- 0,077	- 0,036	0,111	- 0,013	1	- 0,239*
	<i>Spearman</i>	- 0,012	- 0,050	- 0,066	- 0,035	0,112	- 0,011	1	0,323**

<i>EXPERTIS</i>	<i>Pearson</i>	0,081	0,127	0,082	0,187	0,009	0,149	- 0,239*	1
<i>E</i>	<i>Spearman</i>	0,081	0,118	0,057	0,199*	0,009	0,155	0,323**	1

*. A correlação é significativa ao nível de 0,05;

**. A correlação é significativa a 0,01

Variáveis: *ASSURANCE* = variável dependente que recebe o valor de 1, caso o relatório possui a presença do *assurance* na informação não financeira e 0, caso contrário; *LN_EMPREGADOS* = logaritmo natural (Ln) do número de colaboradores da entidade para o ano em análise; *ROE* = é o quociente entre o Resultado Líquido e o Capital Próprio; *LEVERAGE* = variável usada para medir o debt over capital (%), medida que indica o peso do endividamento de curto e longo prazo (usado como fonte de financiamento da empresa) no total do capital, que inclui as dívidas e todo o património líquido da mesma; *BOARD_SIZE* = número de órgãos que compõem o Conselho de Administração; *BOARD_MEETINGS* = número de reuniões realizadas pelo Conselho de Administração durante o ano em análise; *EXPERTISE* = toma o valor de 1, caso a empresa possua um comité de auditoria com, pelo menos, três membros e, ao menos, um *financial expert*, nos termos da lei Sarbanes-Oxley e 0, caso contrário.

5.3 Análise dos resultados

A Tabela VI apresenta os resultados do modelo descrito na Metodologia, sobre os determinantes de presença de um relatório de *assurance* na informação não financeira apresentada pelas empresas.

Tabela VI – Resultados do modelo

Variáveis	Coefficiente	Sinal Esperado	Coefficiente	Valor-p
<i>Constante</i>	β_0	?	13,853	0,015
<i>LN_EMPREGADOS</i>	β_1	+	- 0,673	0,049
<i>ROE</i>	β_2	+	- 0,303	0,792
<i>LEVERAGE</i>	β_3	+	- 6,487	0,022
<i>TIPO_OPINIAO</i>	β_4	+	26,960	0,995
<i>BOARD_SIZE</i>	β_5	-	- 0,480	0,028
<i>BOARD_MEETINGS</i>	β_6	-	- 0,165	0,144
<i>EXPERTISE</i>	β_7	+	2,198	0,037
Observações	105			
R ² Cox & Snell	0,616			
R ² Nagelkerke	0,841			
Teste χ^2	100,563			
Valor-p	< 0,001			

Variáveis: *LN_EMPREGADOS* = logaritmo natural (Ln) do número de colaboradores da entidade para o ano em análise; *ROE* = é o quociente entre o Resultado Líquido e o Capital Próprio; *LEVERAGE* = variável usada para medir o *debt over capital* (%), medida que indica o peso do endividamento de curto e longo prazo (usado como fonte de financiamento da empresa) no total do capital, que inclui as dívidas e todo o património líquido da mesma; *BOARD_SIZE* = número de órgãos que compõem o Conselho de Administração; *BOARD_MEETINGS* = número de reuniões realizadas pelo Conselho de Administração durante o ano em análise; *EXPERTISE* = toma o valor de 1, caso a empresa possua um comité de auditoria com, pelo menos, três membros e, ao menos, um *financial expert*, nos termos da lei Sarbanes-Oxley e 0, caso contrário.

Numa primeira fase, fez-se o teste de especificação *Reset*, com o intuito de averiguar a forma funcional do modelo. De acordo com os resultados obtidos (valor-p=0,141), podemos concluir que o modelo se encontra bem especificado.

Ao analisar os dados da Tabela VI, através da observação do valor do *R-Squared* (R^2), conclui-se que o modelo tem um poder explicativo a rondar os 84,1% (R^2 Nagelkerke), o que permite ter uma visão da validade do modelo e verificar que as variáveis, no seu todo, têm um poder explicativo no modelo.

De seguida, também é importante analisar a significância global das variáveis independentes, com o objetivo de atentar se os coeficientes são estatisticamente significativos no seu conjunto. De acordo com o resultado do Teste à significância global do Qui-Quadrado (χ^2), conclui-se que os mesmos, no seu todo, são estatisticamente significativos, pois o valor-p é de <0,001.

Fazendo uma análise da significância das variáveis independentes, podemos verificar que as variáveis *LN_EMPREGADOS*, *LEVERAGE*, *BOARD_SIZE* e *EXPERTISE* são estatisticamente significativas a nível individual (a 5% de significância), sendo estatisticamente pertinentes para a decisão de ter um assurance na informação não financeira. Por outro lado, as variáveis *ROE*, *TIPO_OPINIAO* e *BOARD_MEETINGS* não são estatisticamente significativas a nível individual (a 5% de significância). Para ter uma maior perceção da consistência com a literatura, é feito, de seguida, a análise das hipóteses descritas na Revisão da Literatura

No âmbito da primeira hipótese (H1), podemos identificar uma associação negativa e estatisticamente significativa entre a variável *LN_EMPREGADOS* e a variável dependente ($\beta_1 = -0,673$; valor-p = 0,049), o que não é consistente com o apresentado na H1, nem com a literatura acerca do tema por Maroun & Prinsloo (2020) e Junior et al., (2014), que sugerem que as maiores organizações tendem a ter a presença do *assurance* nos seus relatórios não financeiros. Isto acontece devido ao facto do *assurance* nos relatórios de sustentabilidade não ser ainda de carácter obrigatório em grande parte dos países.

Em relação à segunda hipótese (H2), é possível verificar uma associação negativa entre a rentabilidade (representada pela variável ROE) e a presença ou não do *assurance* na informação não financeira ($\beta_2 = -0,303$), mas não estatisticamente significativa (valor-p = 0,792), a um nível de 5%, pelo que não se consegue validar H2, que mostra que quanto mais rentável for a entidade, maior serão as hipóteses de esta ter a sua informação não financeira com a presença do *assurance*. A variável *LEVERAGE*, que caracteriza o peso do endividamento de curto e longo prazo no total do capital da entidade, é negativamente associada com a presença ou não de um relatório de *assurance* na informação não financeira, sendo ainda estatisticamente significativa ($\beta_3 = -6,487$; valor - p = 0,022). Também é possível verificar que não suporta H3, nem é consistente com a literatura, que defende a associação positiva significativa entre o *Leverage* e a adoção do *assurance* por parte das entidades, de forma a garantir maior credibilidade, transparência e confiança nos seus Relatórios de sustentabilidade (Martínez-Ferrero and García-Sánchez, 2017).

A variável *TIPO_OPINIAO*, binária e que faz referência ao nível do *assurance* utilizado na análise da veracidade da informação financeira é positivamente associada com a variável dependente (*ASSURANCE*) mas não é estatisticamente significativa ($\beta_4 = 26,960$; valor - p = 0,995), pelo que podemos concluir que não suporta a quarta hipótese (H4) e, não estando em conformidade com a afirmação de Maroun (2019) que faz referência de que, se o nível de *assurance* razoável é baseado numa informação mais detalhada e testes mais extensivos, este poderá ter influência na adoção do *assurance*.

As variáveis de *corporate governance* selecionadas para o modelo representam algumas das formas de controlo da administração da empresa, com o objetivo de manter uma boa relação e defender os interesses dos *shareholders* (Kılıç, Uyar and Kuzey, 2020). Em relação ao tamanho do Conselho de Administração, podemos verificar uma associação negativa e estatisticamente significativa entre a variável *BOARD_SIZE* e a necessidade da presença do *assurance* nos relatórios não financeiros, o que suporta a H5 ($\beta_5 = -0,480$; valor - p = 0,028) e conclui-se que, quanto maior o número de membros representantes no Conselho de Administração, menor poderá ser a necessidade ou não da presença do *assurance* nos relatórios não financeiros. O número de reuniões realizadas por

ano pelo Conselho de Administração (*BOARD_MEETINGS*) possui uma associação negativa com a variável dependente *ASSURANCE* ($\beta_6 = -0,165$; valor – p = 0,144), mas não estatisticamente significativa, a um nível de 5%, o que não suporta H6. A variável *EXPERTISE* apresenta uma associação positiva e estatisticamente significativa ($\beta_7 = 2,198$; valor – p = 0,037) com a necessidade ou não da presença do *assurance* nos seus relatórios, estando concordante com a H7, que mostra que nível de *expertise* do Comité de auditoria da entidade pode levar a uma maior pressão por parte dos mesmos para que a informação tenha a presença do *assurance*.

5.4 Análises adicionais e de Robustez

De forma a proceder a uma análise mais profunda dos determinantes do *assurance* na informação não financeira, foram feitos testes adicionais, que permitem verificar a robustez do modelo.

Na vertente da dimensão da empresa, a literatura faz referência a outros critérios que podem ser usados para medir a dimensão de uma entidade, como o total do ativo (Martínez-Ferrero and García-Sánchez, 2017; Kılıç, Uyar and Kuzey, 2020), o total de vendas (Simnett, Vanstraelen and Chua, 2009) e a capitalização bolsista (Maroun and Prinsloo, 2020). Desta forma, estima-se novamente o modelo, substituindo o número de empregados pelas vendas (calculada pelo logaritmo natural), como critério de medição da dimensão da empresa. Logo, temos a variável independente *LN_VENDAS*, que representa o total do volume de negócios da entidade no ano em análise. Pela Tabela VII podemos concluir que os resultados das variáveis mantêm-se semelhantes aos descritos na Tabela VI, tanto em termos da associação (sinais), como em termos de significância. As variáveis *LEVERAGE*, *BOARD_SIZE* e *EXPERTISE* continuam a ser estatisticamente significativas, a um nível de 5% e as associações mantêm-se inalteradas, o que acaba por ir em linha com o descrito no modelo inicialmente estipulado

Tabela VII – Resultados do Modelo, com LN_VENDAS

Variáveis	Coefficiente	Sinal Esperado	Coefficiente	Valor-p
<i>Constante</i>	β_0	?	21,802	0,014
<i>LN_VENDAS</i>	β_1	+	- 0,0943	0,032
<i>ROE</i>	β_2	+	- 0,074	0,929
<i>LEVERAGE</i>	β_3	+	- 6,541	0,028
<i>TIPO_OPINIAO</i>	β_4	+	27,304	0,995
<i>BOARD_SIZE</i>	β_5	-	- 0,459	0,041
<i>BOARD_MEETINGS</i>	β_6	-	- 0,161	0,166
<i>EXPERTISE</i>	β_7	+	2,232	0,034
Observações				105
R ² Cox & Snell				0,622
R ² Nagelkerke				0,849
Teste χ^2				103,085
Valor-p				< 0,001

Variáveis: *LN_VENDAS* = logaritmo natural (Ln) do total do volume de negócios da entidade para o ano em análise; *ROE* = é o quociente entre o Resultado Líquido e o Capital Próprio; *LEVERAGE* = variável usada para medir o debt over capital (%), medida que indica o peso do endividamento de curto e longo prazo (usado como fonte de financiamento da empresa) no total do capital, que inclui as dívidas e todo o património líquido da mesma; *BOARD_SIZE* = número de órgãos que compõem o Conselho de Administração; *BOARD_MEETINGS* = número de reuniões realizadas pelo Conselho de Administração durante o ano em análise; *EXPERTISE* = toma o valor de 1, caso a empresa possua um comité de auditoria com, pelo menos, três membros e, ao menos, um *financial expert*, nos termos da lei Sarbanes-Oxley e 0, caso contrário.

Adicionalmente, o modelo foi novamente executado, desta vez, havendo a substituição da variável *ROE* por uma nova variável *ROA*, que representa o quociente entre o Resultado Líquido e o Total do Ativo. A literatura faz referência como sendo um dos critérios para classificar a rentabilidade de uma entidade (Simnett, Vanstraelen and Chua, 2009; Martínez-Ferrero and García-Sánchez, 2017; Akisik and Gal, 2020; Maroun and Prinsloo, 2020). Os resultados encontram-se na Tabela VIII, pelo que, à semelhança do teste adicional anterior, podemos verificar que foram consistentes com o modelo base. As

variáveis *LN_EMPREGADOS*, *LEVERAGE*, *BOARD_SIZE* e *EXPERTISE* acabam por estar em linha com o descrito no modelo base, continuando a ser estatisticamente significativas, a um nível de 5% e as associações mantêm-se inalteradas.

Tabela VIII – Resultados do Modelo, com ROA

Variáveis	Coefficiente	Sinal Esperado	Coefficiente	Valor-p
<i>Constante</i>	β_0	?	14,019	0,014
<i>LN_EMPREGADOS</i>	β_1	+	- 0,679	0,047
<i>ROA</i>	β_2	+	- 1,244	0,876
<i>LEVERAGE</i>	β_3	+	- 6,702	0,015
<i>TIPO_OPINIAO</i>	β_4	+	27,218	0,995
<i>BOARD_SIZE</i>	β_5	-	- 0,483	0,031
<i>BOARD_MEETINGS</i>	β_6	-	- 0,163	0,148
<i>EXPERTISE</i>	β_7	+	2,212	0,037
Observações				105
R ² Cox & Snell				0,616
R ² Nagelkerke				0,841
Teste χ^2				100,478
Valor-p				< 0,001

Variáveis: *LN_EMPREGADOS* = logaritmo natural (Ln) do número de colaboradores da entidade para o ano em análise; *ROA* = é o quociente entre o Resultado Líquido e o Total do Ativo; *LEVERAGE* = variável usada para medir o debt over capital (%), medida que indica o peso do endividamento de curto e longo prazo (usado como fonte de financiamento da empresa) no total do capital, que inclui as dívidas e todo o património líquido da mesma; *BOARD_SIZE* = número de órgãos que compõem o Conselho de Administração; *BOARD_MEETINGS* = número de reuniões realizadas pelo Conselho de Administração durante o ano em análise; *EXPERTISE* = toma o valor de 1, caso a empresa possua um comité de auditoria com, pelo menos, três membros e, ao menos, um *financial expert*, nos termos da lei Sarbanes-Oxley e 0, caso contrário.

Por fim, o modelo foi executado, desta vez com a substituição das variáveis *LN_EMPREGADOS* e *ROE*, presentes no modelo base pelas variáveis *LN_VENDAS* e *ROA*, descritas anteriormente.

Pelos resultados verificados na Tabela IX conclui-se que os valores e as interpretações mantêm-se muito semelhantes aos do modelo base e, também, dos modelos descritos nos testes adicionais. A única alteração verificada é a associação da rentabilidade (*ROA*) com a variável dependente (*ASSURANCE*), sendo negativa nos modelos anteriores, mas com a introdução das duas variáveis *LN_VENDAS* e *ROA*, passou a ser positiva, suportando a segunda hipótese (H2), mas continua insignificativa (a um nível de 5%). Esta hipótese faz referência que as empresas mais rentáveis estão investindo em modelos de *assurance* metodologicamente mais rigorosos e robustos, de forma a garantir a conformidade com as melhores práticas aplicáveis (Maroun and Prinsloo, 2020), o que indica uma associação positiva entre a rentabilidade e a presença do *assurance* nos relatórios não financeiros.

Tabela IX – Resultados do Modelo, com LN_VENDAS e ROA

Variáveis	Coefficiente	Sinal Esperado	Coefficiente	Valor-p
<i>Constante</i>	β_0	?	22,333	0,013
<i>LN_VENDAS</i>	β_1	+	- 0,967	0,030
<i>ROA</i>	β_2	+	1,736	0,846
<i>LEVERAGE</i>	β_3	+	- 6,667	0,020
<i>TIPO_OPINIAO</i>	β_4	+	27,555	0,995
<i>BOARD_SIZE</i>	β_5	-	- 0,480	0,046
<i>BOARD_MEETINGS</i>	β_6	-	- 0,162	0,158
<i>EXPERTISE</i>	β_7	+	2,296	0,034
Observações				105
R ² Cox & Snell				0,623
R ² Nagelkerke				0,850
Teste χ^2				102,294
Valor-p				< 0,001

Variáveis: *LN_VENDAS* = logaritmo natural (Ln) do total do volume de negócios da entidade para o ano em análise; *ROA* = é o quociente entre o Resultado Líquido e o Total do Ativo; *LEVERAGE* = variável usada para medir o debt over capital (%), medida que indica o peso do endividamento de curto e longo prazo (usado como fonte de financiamento da empresa) no total do capital, que inclui as dívidas e todo o património líquido da mesma; *BOARD_SIZE* = número de órgãos que compõem o Conselho de Administração;

BOARD_MEETINGS = número de reuniões realizadas pelo Conselho de Administração durante o ano em análise; *EXPERTISE* = toma o valor de 1, caso a empresa possua um comité de auditoria com, pelo menos, três membros e, ao menos, um *financial expert*, nos termos da lei Sarbanes-Oxley e 0, caso contrário.

6 Conclusão

Tem havido uma preocupação consistente de que os tradicionais relatórios financeiros não representam, de forma adequada, as múltiplas dimensões do valor da empresa nos dias de hoje (Simnett, Vanstraelen and Chua, 2009). Nos últimos anos, o IIRC teve progressos significativos no desenvolvimento do *framework* do Relato Integrado (Cheng *et al.*, 2014), que foi lançado em 2013 (IIRC, 2013b). Ainda, a oportunidade para avaliar de forma adequada a posição e a *performance* da organização em outras dimensões, que não somente a financeira está colocando cada vez mais pressão no relato e *assurance* financeiro (Cohen and Simnett, 2015).

A informação não financeira contida num relatório é usada para tomadas de decisão externa (investidores e outros *stakeholders*) e interna (gestão) (Cohen and Simnett, 2015), logo é importante que, quando a informação não financeira é usada em processos de tomada de decisão, tanto interna como externa, a tomada de decisão deve ser feita à base de uma informação credível e confiável.

Neste contexto, surge a oportunidade de analisar o efeito de determinados fatores que podem influenciar a presença, ou não, de um relatório de *assurance* externo e independente sobre a informação não financeira das empresas. Para tal, recorreu-se a uma amostra de 105 empresas, de 23 países, inseridas no índice CDP Water A – List que emitiram relatórios não financeiros entre os anos de 2019 e 2020. O objetivo era identificar a presença ou não de um *assurance* no último relatório emitido por cada entidade, sendo que 63% das empresas da amostra tinha um relatório de *assurance* por parte de uma entidade externa.

De acordo com a literatura analisada, era expectável que as vertentes dimensão e rentabilidade tivessem uma associação positiva com a presença do *assurance* na informação não financeira, referenciando que as maiores empresas e as mais rentáveis teriam maior

propensão a terem a sua informação não financeira com um *assurance*, na medida em que iria apresentar uma imagem de credibilidade perante os investidores (Simnett, Vanstraelen and Chua, 2009; Cheng *et al.*, 2014; Junior, Best and Cotter, 2014; Reimsbach, Hahn and Gürtürk, 2018; Maroun and Prinsloo, 2020). Os resultados deste estudo contrariam a literatura, verificando uma associação negativa entre a dimensão da empresa e a presença de um relatório de *assurance*, podendo ser justificado pelo facto de cada empresa optar por ter, ou não, uma opinião externa e independente sobre a sua informação não financeira. O nível de endividamento também apresenta uma associação negativa com o *assurance*, não suportando a terceira hipótese, mostrando que as empresas com maior nível de endividamento têm uma menor propensão a terem os seus relatórios não financeiros com a presença de um relatório de *assurance* externo. Não sendo possível facultar um *assurance* absoluto sobre toda a informação (Maroun, 2019), logo o tipo de opinião presente no relatório, que desdobra num nível limitado ou razoável (Maroun, 2019) tem uma associação positiva com a adoção do *assurance* nos relatórios, apesar de não ser significativo.

Um Relatório Integrado deve incluir de que forma a gestão está envolvida na preparação e na emissão do mesmo, requerendo que a entidade divulgue o órgão de *governance* responsável pela supervisão da produção do relatório. Ainda é sugerido que o relato integrado deve apresentar as políticas mais significantes da entidade, como por exemplo as práticas de remuneração (IIRC, 2013a). No modelo econométrico, foram incluídas variáveis de *corporate governance*, de forma a verificar o seu comportamento com a necessidade da adoção de um *assurance* à sua informação não financeira. Conclui-se que, quanto maior o número de membros do Conselho de Administração, menor é a presença do *assurance* nos relatórios não financeiros. O nível de *expertise* da Comissão de Auditoria tem uma associação positiva com o *assurance* na informação não financeira, o que mostra que o nível de *expertise* da Comissão de Auditoria pode levar a que esses façam uma maior pressão para que a informação tenha a presença do *assurance*.

Adicionalmente, foram feitas algumas análises adicionais e de robustez, de forma a verificar a dinâmica com a substituição das variáveis que representam a dimensão e a

rentabilidade da entidade, sendo que os valores e interpretações mantiveram-se muito semelhantes com o modelo base.

Pesquisa relacionada com o *assurance* dos relatórios de sustentabilidade está ainda numa fase muito inicial da sua evolução, quando comparada com as décadas de investigação sobre auditoria das demonstrações financeiras (Cohen and Simnett, 2015), mas têm surgido cada vez mais autores a abordarem esta temática. Estando este estudo inserido numa temática bastante recente, que tem vindo a ganhar um maior peso na perceção dos principais *stakeholders* das empresas e da comunidade em geral acerca da importância da divulgação da *performance* não financeira da entidade, em questões ambientais, sociais, de *governance*, devendo esta ter uma opinião externa e independente, é natural que se encontra sujeito a algumas limitações. Em primeiro lugar, o facto de não ter sido considerado o tipo do auditor escolhido para apresentar um *assurance* externo à informação não financeira, conforme refere Maroun (2019), referenciando que um aumento no número de divulgações de questões ESG externamente verificadas é positivamente associado com uma maior qualidade do relato, especialmente quando os serviços são assegurados por uma das *Big4*. Contudo, visto que as *Big4* podem competir com outras organizações fora do ramo contabilístico para a prestação do serviço de *assurance* à informação não financeira, este poderá não representar um problema com grande importância, visto que a literatura analisada (Maroun, 2019) dá um foco às *Big4*, sendo que existem também outras empresas auditoras que estarão competindo com as *Big4*. Em segundo lugar, identifica-se como limitação o facto da amostra focar-se num índice internacional de países com as melhores práticas e divulgações sobre a água, considerado como um dos objetivos considerados como relevantes pelas Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável (objetivo 6 – Água potável e saneamento), o que acaba por limitar a extensão da amostra a outras empresas.

Conforme articulado pelos cinco principais “*standard setters*” (CDP, CDSB, GRI, IIRC & SASB, 2020) em matérias de sustentabilidade num documento conjunto emitido em setembro de 2020, os relatórios de sustentabilidade chegaram num “momento crucial” e “as condições são as ideias para um progresso mais acelerado” (The Impact Management Project, World Economic Forum and Deloitte, 2020), sendo ainda considerada uma “área madura”

para pesquisa futura (Cohen and Simnett, 2015), onde nos últimos anos têm surgido cada vez mais artigos a abordar esta temática. Com o decorrer do tempo, é expectável que a necessidade do *assurance* nos Relatos Integrados vá tornado cada vez mais evidente, conforme o Relato Integrado for crescendo em termos de prevalência (Kılıç, Uyar and Kuzey, 2020). Neste sentido, como pista de investigação futura, poderia ser interessante estender a amostra a um leque maior de empresas, de forma a tentar verificar a dinâmica entre os determinantes seleccionados e a presença do *assurance* nos relatórios não financeiros das entidades. Em segundo lugar, poderia também ser interessante considerar outras variáveis de *corporate governance*, como por exemplo, o número de mulheres no Conselho de Administração, a experiência do Conselho de Administração na empresa, entre outros, pois o *governance* da empresa é um fator que poderá ter algum impacto na pressão imposta à administração para que haja a divulgação da informação financeira e um conseqüente *assurance* à mesma.

Referências bibliográficas

Akisik, O. and Gal, G. (2020) ‘Integrated reports, external assurance and financial performance: An empirical analysis on North American firms.’, *Sustainability Accounting*,

Management & Policy Journal, 11(2), pp. 317–350. doi: 10.1108/SAMPJ-02-2019-0072.

Bozanic, Z. and Thevenot, M. (2015) ‘Qualitative Disclosure and Changes in Sell-Side Financial’, *Contemporary Accounting Research*, 32. doi: 10.1111/1911-3846.12123.

Caglio, A., Melloni, G. and Perego, P. (2020) ‘Informational Content and Assurance of Textual Disclosures: Evidence on Integrated Reporting’, *European Accounting Review*, 29(1), pp. 55–83. doi: 10.1080/09638180.2019.1677486.

Cheng, M. *et al.* (2014) ‘The International Integrated Reporting Framework: Key Issues and Future Research Opportunities’, *Journal of International Financial Management and Accounting*, 25(1), pp. 90–119. doi: 10.1111/jifm.12015.

Cohen, J. R. and Simnett, R. (2015) ‘CSR and assurance services: A research agenda’, *Auditing*, 34(1), pp. 59–74. doi: 10.2308/ajpt-50876.

Coram, P. J., Monroe, G. S. and Woodliff, D. R. (2009) ‘The value of assurance on voluntary nonfinancial disclosure: An experimental evaluation’, *Auditing*, 28(1), pp. 137–151. doi: 10.2308/aud.2009.28.1.137.

Deloitte (2015) ‘Public interest entity: Definition and scope’, (November 2015). Available at: <http://eur-lex.europa.eu/legal->

Hoang, H. and Phang, S.-Y. (2020) ‘How Does Combined Assurance Affect the Reliability of Integrated Reports and Investors’ Judgments?’, *European Accounting Review*, 30, pp. 1–21. doi: 10.1080/09638180.2020.1745659.

Holder-Webb, L. *et al.* (2011a) *A Survey of Governance Disclosures Among U.S. Firms*, *SSRN Electronic Journal*. doi: 10.2139/ssrn.974992.

Holder-Webb, L. *et al.* (2011b) ‘The Supply of Corporate Social Responsibility Disclosures Among U.S. Firms’, *SSRN Electronic Journal*. doi: 10.2139/ssrn.970330.

IAASB (2019) ‘Extended External Reporting (EER) Assurance IAASB Consultation Paper (February 2019)’, (February).

IIRC (2013a) ‘Business and Investors explore the sustainability perspective of Integrated

Reporting’, pp. 1–56. Available at: <https://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2013/11/IIRC-PP-Yearbook-2013.pdf>.

IIRC (2013b) ‘Consultation draft of the international <IR> Framework’, *the International Integrated Reporting Council.*, pp. 1–37. Available at: <http://www.theiirc.org/wp-content/uploads/Consultation-Draft/Consultation-Draft-of-the-InternationalIRFramework.pdf>.

International Integrated Reporting Council (2013) ‘Connectivity Background Paper for <Ir>’, *Iirc*, pp. 1–19.

Junior, R. M., Best, P. J. and Cotter, J. (2014) ‘Sustainability Reporting and Assurance: A Historical Analysis on a World-Wide Phenomenon’, *Journal of Business Ethics*, 120(1), pp. 1–11. doi: 10.1007/s10551-013-1637-y.

Kılıç, M., Uyar, A. and Kuzey, C. (2020) ‘The impact of institutional ethics and accountability on voluntary assurance for integrated reporting’, *Journal of Applied Accounting Research*, 21(1), pp. 1–18. doi: 10.1108/JAAR-04-2019-0064.

Krasodomska, J., Simnett, R. and Street, D. L. (2021) ‘Extended external reporting assurance: Current practices and challenges’, *Journal of International Financial Management and Accounting*, 32(1), pp. 104–142. doi: 10.1111/jifm.12127.

Landau, A. *et al.* (2020) ‘Integrated reporting of environmental, social, and governance and financial data: Does the market value integrated reports?’, *Business Strategy and the Environment*, 29(4), pp. 1750–1763. doi: 10.1002/bse.2467.

Maroun, W. (2017) ‘Assuring the integrated report: Insights and recommendations from auditors and preparers’, *British Accounting Review*, 49(3), pp. 329–346. doi: 10.1016/j.bar.2017.03.003.

Maroun, W. (2019) ‘Does external assurance contribute to higher quality integrated reports?’, *Journal of Accounting and Public Policy*, 38(4). doi: 10.1016/j.jaccpubpol.2019.06.002.

Maroun, W. and Prinsloo, A. (2020) ‘Drivers of combined assurance in a sustainable

development context: Evidence from integrated reports’, *Business Strategy and the Environment*, 29(8), pp. 3702–3719. doi: 10.1002/bse.2606.

Martínez-Ferrero, J. and García-Sánchez, I. M. (2017) ‘Coercive, normative and mimetic isomorphism as determinants of the voluntary assurance of sustainability reports’, *International Business Review*, 26(1), pp. 102–118. doi: 10.1016/j.ibusrev.2016.05.009.

Reimsbach, D., Hahn, R. and Gürtürk, A. (2018) ‘Integrated Reporting and Assurance of Sustainability Information: An Experimental Study on Professional Investors’ Information Processing’, *European Accounting Review*, 27(3), pp. 559–581. doi: 10.1080/09638180.2016.1273787.

Rivera-Arrubla, Y. A., Zorio-Grima, A. and García-Benau, M. A. (2017) ‘Integrated reports: Disclosure level and explanatory factors’, *Social Responsibility Journal*, 13(1), pp. 155–176. doi: 10.1108/SRJ-02-2016-0033.

Sierra, L., Zorio, A. and García-Benau, M. A. (2013) ‘Sustainable Development and Assurance of Corporate Social Responsibility Reports Published by Ibex-35 Companies’, *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 20(6), pp. 359–370. doi: 10.1002/csr.1303.

Simnett, R. and Huggins, A. L. (2015) ‘Integrated reporting and assurance: where can research add value?’, *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 6(1), pp. 29–53. doi: 10.1108/SAMPJ-09-2014-0053.

Simnett, R., Vanstraelen, A. and Chua, W. F. (2009) ‘Assurance on sustainability reports: An international comparison’, *Accounting Review*, 84(3), pp. 937–967. doi: 10.2308/accr.2009.84.3.937.

The Impact Management Project, World Economic Forum and Deloitte (2020) ‘Statement of Intent to Work Together Towards Comprehensive Corporate Reporting’, *Harvard Business School*, (September 2020), p. 21. Available at: <https://29kjwb3armds2g3gi4lq2sx1-wpengine.netdna-ssl.com/wp-content/uploads/Statement-of-Intent-to-Work-Together-Towards-Comprehensive-Corporate-Reporting.pdf>.

Zhang, I. X. (2007) ‘Economic consequences of the Sarbanes-Oxley Act of 2002’, *Journal of Accounting and Economics*, 44(1–2), pp. 74–115. doi: 10.1016/j.jacceco.2007.02.002.

Anexos

Anexo I – *Output* dos resultados do modelo *logit* no *software* SPSS

Resumo do modelo

Etapa	Verossimilhança de log -2	R quadrado Cox & Snell	R quadrado Nagelkerke
1	37,977 ^a	,616	,841

a. Estimação finalizada no número de iteração 20 porque o máximo de iterações foi atingido. Não é possível encontrar a solução final.

Variáveis na equação

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95% C.I. para EXP(B)	
								Inferior	Superior
Etapa 1 ^a	Ln_Empregados	-,673	,341	3,890	1	,049	,510	,261	,996
	ROE	-,303	1,150	,069	1	,792	,738	,077	7,037
	Leverage	-6,487	2,830	5,253	1	,022	,002	,000	,391
	Tipo_Opiniao	26,960	4220,110	,000	1	,995	5.112E+11	,000	.
	Board_Size	-,480	,218	4,837	1	,028	,619	,404	,949
	Board_Meetings	-,165	,113	2,130	1	,144	,848	,679	1,058
	Expertise	2,198	1,056	4,334	1	,037	9,005	1,137	71,295
	Constante	13,853	5,713	5,880	1	,015	1037939,764		

a. Variável(is) inserida(s) no passo 1: Ln_Empregados, ROE, Leverage, Tipo_Opiniao, Board_Size, Board_Meetings, Expertise.